



# Anais da Assembléia

N.º 139

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 26 DE OUTUBRO DE 1976.

ANO II

## 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 211ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE OUTUBRO DE 1976 TERÇA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Del Ciel, secretariada pelos Senhores Deputados David Federmann e Fabiano Braga Cortes.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aginaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Alfredo Gulin, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Ernesto Dal'Oglia, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quíelse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
destinada à apreciação de vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel) Não há expediente a ser lido. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados:

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição 385/76, veto apostado ao Projeto de Lei 44/76, de autoria do Deputado Enéas Faria, que assegura ensino gratuito em todos os graus, aos filhos e dependentes dos ex-combatentes, em todos os estabelecimentos do gênero do Estado do Paraná. Parecer da C.C.J., pela manutenção do veto, por unanimidade. —

OFÍCIO 177/76

Curitiba, 16 de setembro de 1976.

Senhor Presidente

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício 74/76 desta Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa., que, usando das atribuições que me confere o artigo 47, inciso III, e na conformidade do disposto no parágrafo primeiro do artigo 28, ambos da Constituição Estadual, votei o Projeto de Lei 44/76, por julgá-lo contrário aos interesses do Estado em razão dos motivos adiante expostos.

Visa o autógrafo assegurar o ensino gratuito em todos os graus, aos filhos e dependentes dos ex-combatentes em todos os estabelecimentos do gênero no Estado do Paraná.

O não acolhimento ao Plano de Lei em exame não significa desaprovação à intenção do Legislador, eis que decorre tão

somente do fato do pretendido benefício já estar assegurado através das disposições do Art. 12, da Lei 6521, de 04 de janeiro de 1974, as quais, de maneira clara e precisa, prescrevem que “Nos educandários oficiais do Estado os ex-combatentes e seus filhos são dispensados das taxas e emolumentos de matrícula ou anuidade, mediante requerimento ao respectivo diretor com as provas secundárias”.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de Lei que, em exame, restituiu à essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JUNIOR

Governador do Estado

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel) Encerrada a discussão do veto

Em votação. — **Rejeitado o Projeto, mantido o veto.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 27, quarta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 153/76

Levanta-se a Sessão

## 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 212ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE OUTUBRO DE 1976.

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Valter Pietrângelo e David Federmann.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aginaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglia, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quíelse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO:

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

## REQUÉRIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado em Ata dos nossos trabalhos de hoje, um voto de congratulações pela criação da Associação de Defesa e Orientação do Consumidor, cujas finalidades e objetivos são a defesa e a economia popular, iniciativa liderada por um grupo de jornalistas paranaenses.

Requer outrossim, que deste se dê conhecimento ao Presidente da Comissão de Trabalho, Arnaldo Chaves da Cruz.

Sala das Sessões, em 26 de outubro de 1976.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário dos Transportes, solicitando os necessários estudos com vistas à abertura de uma estrada estadual partindo da localidade denominada Taquarussu passando pelas cidades de Ipiranga, Ivaí, Barra da Areia, Limeira, subindo a Serra da Esperança, por Banhado Vermelho, Faxinal da Boa Vista, Cachoeira dos Mendes, depois Arvoredo, Turvo, Campina do Simão onde poderia bifurcar em dois ramais, um passando por Marquinho, Faxinal de São João até Guaraniaçu, e outra passando por Jacutinga, Palmital, Nova Cantu, Campina da Lagoa, Iolanda, Jesuítas até Assis Chateaubriand.

A construção desta rodovia proporcionará o desenvolvimento de importantes regiões de nosso Estado, ao tempo em que favorecerá aos consumidores de produtos agrícolas concentrados nas cidades do sul e do leste e de produtos semi-transformados ou transformados nas fábricas existentes, pela diminuição dos gastos com transporte.

Sala das Sessões, em 26 de outubro de 1976.

(a) EZEQUIAS LOSSO

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Exmos. Srs. BENEDITO PINTO DIAS, DD. Presidente da Associação dos Municípios do Paraná e Sr. NILO HUMBERTO DEITOS, DD. Presidente da Associação dos Municípios do Oeste Paranaense, sugerindo-lhes seja apresentado um MEMORIAL ao Exmo. Sr. Presidente ERNESTO GEISEL, por ocasião da sua visita à cidade de Cascavel, anunciada para o próximo dia 30, reivindicando a atenção do Governo Federal para solucionar diversos problemas da região oeste do Paraná, entre os quais, poderão ser abordados os seguintes temas:

1 - Construção da FERROVIA DO OESTE, ligando Guarapuava a Foz do Iguaçu.

2 - Apoio para instalação de novos cursos superiores, incluindo-se a construção de um Hospital de Clínicas, nos moldes daquele existente na capital paranaense, compatível com as atividades de uma futura Faculdade de Medicina, a qual poderá integrar a UNIVERSIDADE DO OESTE, em CASCAVEL.

3 - Construção e pavimentação de uma estrada de rodagem, integrando as regiões SUDOESTE e OESTE DO PARANÁ, incluindo uma ponte sobre o rio que tem este nome, visando atender os municípios ligados à área de Capanema, Capitão Leônidas Marques, passando pelo distrito de Santa Lúcia e Município de Cascavel, bem como pelos distritos de Alvorada D'Oeste, Cielito, Santa Maria e alcançando Santa Tereza, na confluência do KM. 419, da BR-277, a 19 quilômetros da cidade de Cascavel.

4 - Maior aceleração nos processos de desapropriação da

região do Parque Nacional do Iguaçu, a fim de possibilitar o pagamento de justas indenizações, bem como o imediato amparo às famílias dos lavradores que habitam aquela região.

5 - Maior atenção do Ministério da Agricultura para os problemas relacionados com a pecuária e com o plantio e colheitas de produtos agrícolas, entre os quais podemos citar aqueles causados pelo mau uso dos defensivos agrícolas.

6 - Construção de um terminal integrado de transportes em Foz do Iguaçu (rodoviário, aéreo e fluvial).

Essas associações poderão, igualmente, convocar seus membros para discutir outros pontos que devam ser apresentados à S. Exa. o Sr. Presidente da República, que possam ser objeto da reivindicação e de possível atendimento por parte do Governo.

Sala das Sessões, em 26 de outubro de 1976.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

O SR. PRESIDENTE - (Paulo Camargo) Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Alfredo Gulin. - (Pausa)

Não se encontrando presente, concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nesta tribuna estamos para dar conhecimento à Casa e ao povo do Paraná, de mais uma visita do Governador das estradas, do Governador do trabalho, do Governador arenista Jayme Canet Junior, ao Interior do Estado.

Destarte, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o ilustre Governador, o homem que tem carreado para o Paraná os benefícios da tranquilidade, da paz e da prosperidade, esteve na pequenina cidade de Abatiá, que temos a honra e a satisfação de representar aqui nesta Assembléia, depois de uma passagem por Santa Mariana, onde foi recebido pelo povo, onde foi abraçado, onde foi até, Srs. Deputados, justamente homenageado pelos homens do Movimento Democrático Brasileiro, que ostentavam faixas com os seguintes dizeres: "O MDB de Santa Mariana saúda e congratula-se com o grande Governador Jayme Canet Junior".

Tivemos a satisfação de ver isso, na cidade de Santa Mariana, na cidade vizinha de Londrina e Cornélio Procopio, ver S. Exa, sendo abraçado e carregado pelo povo e com a admiração daqueles homens do Movimento Democrático Brasileiro, ostentando faixas, procurando com isso fazer justiça ao homem que trabalha pelo Paraná e pela sua gente.

Pedimos que fossem fotografadas as faixas e haveremos de trazer aqui, para que o povo veja que o Governador do Paraná é benquisto no Interior.

Após isso, na cidade de Abatiá, a pequenina cidade incrustada naquela região do Norte Pioneiro, onde fica entre os Rios Laranjinha e Rio da Cinza, na euforia do povo humilde, na euforia da mulher cristã e na euforia do homem de mãos calejadas que puxa o rabicho do arado, para dar ao Paraná a fama da cédula que mais progride no nosso querido Brasil, uma multidão de mais de cinco mil almas dando vivas ao Governador do Estado, quando se inaugurava cinquenta mil metros de asfalto, feitos por aquele Prefeito dinâmico que é Wilson Ferreira Martins. Nessa ocasião, tivemos o prestigiamento do povo humilde, da criancinha que veio de todas as redondezas para homenagear o seu Governador, para homenagear o homem que está trazendo o progresso ao Paraná. Sentimo-nos, portanto, eufóricos em ver que o Governador, em manga de camisa, foi ao encontro de seu povo para levar a esperança, a tranquilidade, o progresso, e principalmente, a garantia da vitória do Governo arenista.

O Governo arenista, através de um de seus líderes, o ex-Governador Ney Braga, deu a Abatiá um complexo escolar,

orçado em mais de um milhão e meio de cruzeiros e está dando a todas as cidades do Paraná canchas de esporte para que o esporte sadio seja despertado em nossa juventude.

Em razão de tudo isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que temos a pretensão de dizer a todos que a ARENA irá vencer as eleições no Paraná num mínimo de setenta e cinco por cento. Com relação à nossa região, estamos mais otimistas. No Norte Pioneiro, desde o seu portal que é Jaguariaíva, até a divisa com Londrina, haveremos de vencer as eleições em noventa e cinco por cento, porque o homem de mãos calosas do Interior reconhece que um grande líder está surgindo no Paraná, que é Jayme Canet Júnior.

O nosso Governador foi inspecionar a estrada Cambará Jacarézinho; ele prometeu e irá determinar que seja construída a estrada que ligará Ribeirão do Pinhal a Abatiá, e a Bandeirantes, porque desta maneira a produção daquela região poderá ser transportada para São Paulo e para o Porto de Paranaguá.

Nos poucos instantes que me faltam para terminar o meu pronunciamento, desejo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fazer um apelo no sentido de que o Paraná continue prestigiando este grande Governador, pelo muito que tem feito e há de fazer pelo nosso Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, até a vitória da ARENA em 15 de novembro, se Deus quiser. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, inscrito.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Homens sem partido, homens que não vêem a vitória da Arena e nem do MDB, e sim a vitória do povo, jornalistas profissionais desta terra do Paraná; homens desvinculados a paixões às vezes desenfreadas e, às vezes, também desequilibradas, deram a nós, políticos, uma amostra de que realmente nem a Arena e nem o MDB, que dá as condições de iniciativas que deviam ser de ordem política, mas foram iniciativas de ordem de defesa do consumidor brasileiro.

Neste Estado, todos os Srs. Deputados receberam, vai ser criada a Associação de Defesa de Orientação ao Consumidor, que tem a sigla ADOC, liderada por um grupo de jornalistas paranaenses. Homens desvinculados a este ou àquele Partido político, visando tão somente a economia popular e a defesa do consumidor paranaense e brasileiro.

E nós não poderíamos, de maneira alguma, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que militamos na política, deixar de reconhecer que foi uma iniciativa de uma classe de jornalistas paranaenses liderados pelo Sr. Presidente de uma Comissão de Trabalho, Arnaldo Alves da Cruz, que realizou e criou esta Associação.

E também não poderia deixar de — como estamos fazendo em hora oportuna — registrar um voto de congratulações a homens que não querem a vitória da Arena e nem do MDB, mas homens que querem a vitória do povo na sua economia e, principalmente, a consagração de uma adversidade que não seja de época "Pré-Eleitoral".

É neste sentido, Sr. Presidente, que estamos entrando, nesta tarde, com um voto de congratulações à criação da Associação da Defesa de Orientação ao Consumidor.

Era isto que me trazia à tribuna, Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Concedo a palavra ao Deputado Enéas Faria, inscrito.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não sei em que tempo, quem elaborou, o autor quem é. Mas, ainda bem que o nosso Regimento estipula apenas cinco minutos para o Pequeno Expediente. Não fora isto, o eminente Deputado Gabriel Manoel tinha já, não fosse o decurso do tempo, já sapecado uma vitória de 100 por cento da

Arena aqui no Paraná. Fomos salvos, o MDB do Paraná, pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa.

Nunca nos faltou, Sr. Presidente, Srs. Deputados, respeito, consideração, elegância e lhanza no trato para com as funções públicas, para com os cargos públicos. A Oposição do MDB sempre depositou o melhor respeito à função pública. Porque entende, seja ela, um dos instrumentos mais eficazes para que se promova e se proceda o bem estar geral de uma coletividade.

Retorno hoje de um roteiro pelo Interior do Estado. E passei pela cidade de Santa Mariana. Lá estive com companheiros e com o povo de Santa Mariana, município ha pouco lembrado aqui, desta tribuna.

O MDB não fez as saudações aqui anunciadas; poderá ter havido até, uma faixa por alguém financiada, saudando a passagem por lá do Governador do Estado.

Mas, em verdade, podemos dizer aqui, nesta Casa, que o povo de Santa Mariana recebeu o Governador do Estado e sua comitiva a "machado". E que não tenha nisso nenhuma preocupação com a integridade física do Governador do Estado. "Machado" é o candidato do MDB e futuro Prefeito de Santa Mariana, já de antemão consagrado pelo povo daquela comuna.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, é compreensível a ausência de grande parte desta Casa.

Falarei hoje, portanto, para um Plenário vazio. Isto não preocupa, isso não assusta, isso não traz desassossego. O mais difícil, o mais angustiante, e o que mais preocupa é falar a consciências insensíveis, a consciências que se mostram vazias aos clamores da nossa gente e do nosso povo.

Há alguns dias e já algum tempo, promovido talvez, pela Prefeitura Municipal de Curitiba, circulou nesta cidade e em outros locais, um rico folheto, anunciando um novo plano que o BNH haveria de colocar em funcionamento e, para o qual a Prefeitura de Curitiba abria as suas portas e entregava a sua solidariedade e entregava o seu compromisso de a ele aderir.

Aguardei, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que as coisas evoluíssem, que os fatos corressem e se consumasse. E hoje, retornando, deparo pelos jornais com a notícia de que está em andamento o novo plano de casas populares do BNH de Curitiba, e a denúncia é séria, e a denúncia é altamente inquietante.

Casas com 22 metros quadrados, sem qualquer equipamento, com uma porta e uma janela, em terrenos que se limitam praticamente à própria casa. Não se pode dizer que isto seja uma casa, uma casa popular, uma casa de gente. Mas aí está e está em construção.

Denuncia-se também que o valor dessa habitação, no custo total e global de sete mil cruzeiros, está-se vendendo a 18 mil cruzeiros esta casa.

Além da agressão que se faz ao povo, àquele que será compelido e até obrigado a utilizar e comprar esta casa, há uma agressão maior, uma agressão mais séria, uma agressão mais dolorida: é a agressão à dignidade humana, a agressão à condição de gente, à condição de cidadão, à condição de pessoa humana, daqueles que vão utilizar esses casebres de tijolos.

Isto ocorre, Srs. Deputados, isto ocorre, Sr. Presidente, isto ocorre por falta de sensibilidade; isto ocorre por falta de compromisso, de compromisso sério, de vínculo maior e mais profundo com os anseios, com os reclamos e com a realidade de nossa gente.

O BNH é hoje o grande detentor da riqueza nacional. À falta de maiores informações, pode-se dizer até que o BNH detém hoje, um terço do dinheiro brasileiro circulante. Fortuna incalculável, amealhada da contribuição que é o suor, que é sacrifício, que é lágrima, que é drama, do trabalhador brasileiro, do trabalhador paranaense, do trabalhador curitibano.

Aí está enricado e com o dinheiro, o Banco Nacional de Habitação, dirigido, acionado e funcionando por uma filosofia ditada por tecnocratas. O dinheiro do BNH que deveria cobrir o grande déficit de casas populares do Brasil e que se vai, e que

se conta a milhões e que o banco não consegue recuperar e não conquista o tempo perdido e nem consegue superar o fosso que existe entre a necessidade e a realidade.

O dinheiro do BNH é empregado, em grande parte, até mesmo para financiar programas no Exterior em outros países, e não cumprindo a sua real finalidade que é devolver ao contribuinte, devolver àqueles de quem retira o dinheiro, dar condições de morar, de morar condignamente. Até aí, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós que vivemos numa era em que o tecnocrata é o grande chefe, onde o tecnocrata que dita as normas, onde é o tecnocrata aquele que impõe as coisas neste Brasil, e, isto não fica só no setor da habitação, até isto não causaria surpresa, porque não é de hoje que vem o BNH se desmanhando porque não é de hoje que se vem desgovernando, porque não é de hoje que o BNH vem fugindo de suas reais finalidades. O BNH talvez, até tenha se tornado, até mesmo, dos grandes agiotas nesta terra, institucionalizando e oficializando a agiotagem através e, indiretamente, dos próprios municípios para os quais repassa alguma parte de seu capital. Mas até aí, não é novidade, porque se conhece de muito a filosofia que integra, que tem comandado o Banco Nacional da Habitação.

Triste de ver, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que o Prefeito de uma cidade, o homem que tem a responsabilidade de comandar uma coletividade o homem a quem cabe gerir os destinos de uma comunidade, não sinta pejo, não sinta vergonha de colocar sua aquiescência para que na sua cidade, para sua gente, para seu povo, faça-se o que está se fazendo em Curitiba. E isto só acontece também, porque os homens que dirigem esta cidade, a administração lá implantada não tem compromisso com a nossa realidade, compromisso com nosso povo, Prefeito escolhido por um Governador também escolhido.

Gente que não tem nada a ver com gente. Gente que aqui chegou para ostentar e usar o cargo e título de prefeito, gente que só lembrou que existe povo nesta cidade, agora, às vésperas de eleições. Gente que não tem mesmo um mínimo de sentido, um resquício de humanidade, porque se fazer o que se está fazendo, concordar com o que se está fazendo, é dizer tudo isto e de forma eloquente.

Volto a dizer, falo para um Plenário vazio. Isto não importa; não desisto. O que me causa pena, o que me preocupa, é ter que falar a consciências insensíveis, a corações endurecidos a gente que não tem nada a ver com o povo, a gente que até mesmo é antipovo.

Era isto, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Encerradas as inscrições, a Mesa consulta o Sr. Deputado Edilson Alencar, Vice-Líder do MDB, se usará do horário reservado.

Tendo declinado, consulta o Sr. Deputado Gilberto Carvalho se usará o horário reservado à ARENA.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente.

Pretendia ocupar a tribuna a fim de responder, fazer argumentação ao Deputado Enéas Faria, com referência a seu pronunciamento. Mas, dada a condição em que me encontro hoje, me reservo para o Grande Expediente de amanhã.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados:

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 179/75, de autoria do Poder Executivo, mensagem 142/75, encaminhando anteprojeto

de lei que visa transferir à Companhia de Telecomunicações do Paraná - TELEPAR, uma área de terras com 27.713,00m<sup>2</sup> (vinte e sete mil, setecentos e treze metros quadrados) de propriedade do Estado, situada no bairro Atuba, município de Curitiba. Pareceres favoráveis da C.C.J., da C.F. e da C.T.I.C. por unanimidade. — Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 99/76, de autoria do Deputado Dácio Leonel de Quadros, que autoriza a SOCIEDADE RURAL DO PARANÁ, a doar área de terras ao SINDICATO RURAL DE LONDRINA, com sede no referido Município. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e da C.I.T.C., por unanimidade. — Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 102/76, de autoria do Deputado Adalberto Daros, que declara de utilidade pública a "MONTEPREVI — SOCIEDADE PREVIDENCIÁRIA", com sede nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 110/76, de autoria do Poder Executivo, Mensagem 119/76, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva fixar o soldo do Posto de Coronel da Polícia Militar do Estado e os vencimentos dos cargos de Delegado de Polícia de Primeira Classe e substitui a tabela de escalonamento vertical prevista no Art. 118 da Lei 6417, de 03/07/73. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA — Encerrada a discussão. — Em votação.

O SR. ENÉAS FARIA — Peço a palavra para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Para encaminhar a votação, tem a palavra o Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, tenho registrado voto em separado, na Comissão de Constituição e Justiça. Lá está a opinião que faço, o juízo que tenho a respeito desta matéria. Mas, gostaria agora, aqui em Plenário, de voltar a me referir sobre essa matéria.

É triste, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que nos vejamos manietados e impossibilitados de se fazer alguma coisa a respeito deste assunto e desta matéria.

A segurança, a segurança pública de nossa gente do Paraná está nas mãos de pessoas mal remuneradas, com vencimentos até mesmo indignos com salários incapazes de atender o "status" e a condição de quem tem tão importante e tão vital e fundamental ação na vida social, na vida paranaense.

Lamentavelmente, Sr. Presidente, para que as coisas não fiquem pior do que estão, somos obrigados a votar favoravelmente a esta matéria. Mas uma ressalva fazemos. Está a Polícia Militar e a Polícia Civil do Estado do Paraná, pessimamente remunerada. Lamentavelmente, com salários indignos da função que exercem, com remuneração que não correspondem à grandeza e à importância da função social que cumprem na vida do Paraná.

Era isto, Sr. Presidente — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Em votação. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 111/76, de autoria do Poder Executivo. Mensagem 121/76, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros) ao orçamento geral do Estado, destinado a despesa com o Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar - FEPPA - Pareceres favoráveis da C.C.J., e da C.F., por unanimidade. — Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 113/76, de autoria do Deputado Luiz Alberto de Oliveira, que declara de utilidade

pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA "SÃO SEBASTIÃO", com sede na cidade de CLEVELÂNDIA. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 207/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 313/76, Mensagem 87/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de CRUZEIRO DO SUL, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 208/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 328/76, Mensagem 90/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de SANTA FÉ, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona a UNIDADE SANITÁRIA, do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 209/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 337/76, mensagem 94/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Re-ratificação ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de UMUARAMA, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, no referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 116/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 204/76, que cria no município de CASCAVEL o Distrito Administrativo de LINDOESTE. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **EM REGIME DE URGÊNCIA — Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 153/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 312/76, mensagem 86/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de CAMPO MOURÃO, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 181/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 291/76, Mensagem 68/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de RIBEIRÃO DO PINHAL, objetivando execução de reparos em próprio estadual naquela comuna. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 187/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 315/76, Mensagem 90/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de CALIFÓRNIA, objetivando reparos nos prédios onde funcionam o GINÁSIO ESTADUAL TALITA BRESOLIN e a UNIDADE ESCOLAR, que especifica. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 191/76 de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 324/76, Mensagem 90/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Se-

cretaria da Administração e o Município de NOVA CANTU, objetivando reparos em próprio estadual daquela comuna. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 210/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 340/76, Mensagem 97/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Re-ratificação ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado, e o Município de ICARAIMA, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, no referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 211/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 171/76, Mensagem 30/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, e o Município de GUARANIAÇU, objetivando construção de prédio para DELEGACIA DE POLÍCIA E CADEIA PÚBLICA local. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução 212/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 171/76, Mensagem 30/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior e o Município de INDIANÓPOLIS, objetivando construção de prédio para DELEGACIA DE POLÍCIA E CADEIA PÚBLICA local. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 212/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 03/02/76, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e do Interior com o Município de INDIANÓPOLIS, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido Município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 01 de setembro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Enéas Faria, Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO 172/76

A presente Proposição 172/76, tem por objetivo o referendo desta Assembléia Legislativa para o Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior com o Município de Indianópolis, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido Município. Constitucionalmente, é de competência do Governador do Estado a celebração de convênios.

Quanto ao mérito, temos que o citado convênio atende aos interesses do Estado e do Município referido.

Isto exposto, o nosso parecer é pela sua aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 01 de setembro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Enéas Faria, Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 213/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 184/76, Mensagem 48/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre a Secretaria da Agricultura e a Cia.

Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná, visando estabelecer normas de cooperação técnica e financeira, para assistência aos produtores, nos campos da mecanização e insumos agrícolas. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 213/76**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
**R E S O L V E:**

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 23/02/76 entre a Secretaria de Estado da Agricultura e a Cia. Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná - CAFÉ DO PARANÁ, visando estabelecer normas de cooperação técnica e financeira, com vistas à prestação de assistência aos produtores nos campos da mecanização, e de insumos agrícolas.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 01 de setembro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Enéas Faria, Relator

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PARECER À PROPOSIÇÃO 184/76**

A presente Proposição 184/76 tem por objetivo o referendo desta Assembléia Legislativa para o Termo de Convênio celebrado entre a Secretaria da Agricultura e a Cia. Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná - CAFÉ DO PARANÁ, visando estabelecer normas de cooperação técnica e financeira com vistas à prestação de assistência aos produtores, nos campos da mecanização e de insumos agrícolas.

Constitucionalmente, é de competência do Governador do Estado a celebração de Convênios.

Isto exposto, o nosso parecer é pela sua aprovação, na forma do projeto de resolução anexo.

Sala das Comissões, em 01 de setembro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Enéas Faria, Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 214/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 185/76, Mensagem 49/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e a Universidade Federal do Paraná, objetivando conjugação de atividades na elaboração de Projetos de Ensino e Pesquisa. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 214/76**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
**R E S O L V E:**

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 27/02/76, entre o Governo do Estado do Paraná e a Universidade Federal do Paraná, objetivando conjugação de atividades no sentido de elaboração e execução de projetos de ensino e pesquisa.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 01 de setembro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Enéas Faria, Relator

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PARECER À PROPOSIÇÃO 185/76**

A presente Proposição 185/76, tem por objetivo o referendo desta Assembléia Legislativa para o Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná e a Universidade Federal do Paraná, objetivando conjugação de atividades no sentido de elaboração e execução de projetos de ensino e pesquisa.

Constitucionalmente, é de competência do Governador do

Estado, a celebração de Convênios.

Quanto ao mérito, temos que citado convênio atende aos interesses do Estado.

Isto exposto, o nosso parecer é pela sua aprovação, na forma do projeto de resolução anexo.

Sala das Comissões, em 01 de setembro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Enéas Faria, Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 215/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 211/76, Mensagem 63/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de ICARAIMA, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 215/76**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
**R E S O L V E:**

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 09/06/76, entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Icaraima, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 01 de setembro de 1976

(aa) Accioly Neto, Presidente; Enéas Faria, Relator

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PARECER À PROPOSIÇÃO 211/76**

A presente Proposição 211/76, tem por objetivo o referendo desta Assembléia para o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de Ocaraima, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município.

Constitucionalmente, é de competência do Governador do Estado a celebração de convênios.

Quanto ao mérito, temos que o citado convênio atende aos interesses do Estado e do Município referido.

Isto exposto, o nosso parecer é pela sua aprovação, na forma do projeto de resolução anexo.

Sala das Comissões, em 01 de setembro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Enéas Faria, Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 216/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 215/76, Mensagem 67/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de NOVA OLÍMPIA, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 216/76**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
**R E S O L V E:**

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 09/06/76, entre o Governo do Estado e o Município de Nova Olímpia, objetivando execução de obras de controle à erosão urbana, na sede do referido Município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 01 de setembro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Enéas Faria, Relator

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PARECER À PROPOSIÇÃO 215/76**



A presente Proposição 215/76, tem por objetivo o referendo desta Assembléia para o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de Nova Olímpia, objetivando execução de obras de controle à erosão urbana, na sede do referido Município.

Constitucionalmente, é de competência do Governador do Estado a celebração de Convênios.

Quanto ao mérito, temos que o citado convênio atende aos interesses do Estado e do Município referido.

Isto exposto, nosso parecer é pela sua aprovação, na forma do projeto de resolução anexo.

Sala das Comissões, em 01 de setembro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Enéas Faria, Relator

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que sejam efetuados estudos com vistas a abertura de uma estrada estadual partindo da localidade Taquarussu, passando por diversas localidades. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Presidentes da Associação dos Municípios do Paraná e Associação dos Municípios do Oeste Paranaense, sugerindo seja apresentado memorial ao Sr. Presidente da República, por ocasião de sua visita à cidade de Cascavel, anunciada para o próximo dia 30, reivindicando a atenção do Governo Federal para solucionar diversos problemas relacionados com a região Oeste do Paraná. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente, solicitando votos de congratulações pela criação da Associação de Defesa e Orientação do Consumidor, cujas finalidades e objetivos são a defesa e economia popular, iniciativa liderada por um grupo de jornalistas paranaenses. — APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 27, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei 104/76;

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 116/76 e dos de Resolução 181/76, 187/76, 191/76, 210/76, 211/76.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução 212/76, 213/76, 214/76, 215/76, 216/76.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 100/76 e dos de Resolução 217/76, 219/76, 220/76, 222/76, 223/76.

Levanta-se a Sessão.

#### RESOLUÇÕES:

##### RESOLUÇÃO NÚMERO 161/76

DATA: 15 de Outubro de 1976.

SÚMULA: Aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de Pinhalão, com objetivo que especifica. (Mensagem do Poder Executivo 68/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.<sup>o</sup> — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 29 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de Pinhalão, objetivando a execução de reparos no prédio onde funcionam o Posto de Puericultura, o Ginásio Estadual Castro Alves e o Grupo

Escolar, da sede do referido Município.

Art. 2.<sup>o</sup> — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 15/10/76

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO

Presidente

##### RESOLUÇÃO NÚMERO 162/76

DATA: 15 de outubro de 1976.

SPUMULA: Aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de Primeiro de Maio, com objetivo que especifica (mensagem do Poder Executivo 68/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.<sup>o</sup> — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 10 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de Primeiro de Maio, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Miguel Dewes, da sede do referido Município.

Art. 2.<sup>o</sup> — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 15/10/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO

Presidente

##### RESOLUÇÃO NÚMERO 163/76

DATA: 15 de outubro de 1976.

SÚMULA: Aprova Termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado através da Secretaria da Administração e o Município de São João do Caiuá, com objetivo que especifica. (Mensagem do Poder Executivo 68/76)

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.<sup>o</sup> — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 22 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de São João do Caiuá, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Visconde de Taunay, da sede do referido Município.

Art. 2.<sup>o</sup> — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 15/10/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO

Presidente

##### RESOLUÇÃO NÚMERO 164/76

DATA: 15 de outubro de 1976.

SÚMULA: Aprova Termo de Convênio celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, o Estado do Paraná e a Fundação Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social — IPARDES, com os objetivos que especifica. (Mensagem do Poder Execu-

tivo número 72/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 18 de maio de 1976, entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, o Estado do Paraná e a Fundação Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social — IPARDES, objetivando a realização de estudos de interesse do desenvolvimento agroindustrial da região Sul.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 15/10/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
Presidente

#### RESOLUÇÃO Nº 165/76

DATA: 15 de outubro de 1976.

SÚMULA: Aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através de Secretaria da Administração, e o município de Mandaguari, com objetivo que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 90/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 10 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Mandaguari, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Colégio Estadual Vera Cruz, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 15/10/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
PRESIDENTE

#### RESOLUÇÃO Nº 166/76

DATA: 15 de outubro de 1976.

SÚMULA: Aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Cândido de Abreu, com objetivos que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 90/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 29 de abril de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Administração, e o município de Cândido de Abreu, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam a Casa Escolar de Pinhal, a Casa Escolar de Serra Paulista, a Casa Escolar de Três Bicos, a Casa Escolar de Tereza Cristina, a Casa Escolar de Saltinho, a Casa Escolar de Marumby, a Casa Escolar de Terra Branca, a Casa Escolar de Faxinal, a Casa Escolar de Catanduvas, e a Casa Escolar de Capinzal, do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 15/10/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
PRESIDENTE

#### RESOLUÇÃO Nº 167/76

DATA: 15 de outubro de 1976.

SÚMULA: Aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Castro, com objetivo que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 90/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 07 de maio de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Castro, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Educandário Manoel Ribas, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 15/10/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
PRESIDENTE

#### RESOLUÇÃO Nº 168/76

DATA: 15 de outubro de 1976.

SÚMULA: Aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Faxinal, com objetivo que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 90/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 07 de maio de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Faxinal, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Professor Augusto Bahls, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 15/10/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
PRESIDENTE

#### RESOLUÇÃO Nº 169/76

DATA: 15 de outubro de 1976.

SÚMULA: Aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Santa Cecília do Pavão, com objetivos que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 90/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 30 de abril de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Santa Cecília do Pavão, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Deolindo Correia de Mello, o Ginásio Estadual Jerônimo Farias Martins e a Casa do Zelador, no referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 15/10/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
PRESIDENTE



## RESOLUÇÃO Nº 170/76

DATA: 15 de outubro de 1976.

SÚMULA: Aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Terra Roxa, com objetivos que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 90/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 30 de março de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Terra Roxa, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Castro Alves e o Posto de Saúde, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 15/10/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
PRESIDENTE

## RESOLUÇÃO Nº 158/76

DATA: 15 de outubro de 1976.

SÚMULA: Aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de Jardim Olinda, com objetivos que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 68/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 22 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Jardim Olinda, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam a Delegacia de Polícia e a Cadeia Pública, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 15/10/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
PRESIDENTE

## RESOLUÇÃO Nº 159/76

DATA: 15 de outubro de 1976.

SÚMULA: Aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Mariluz, com objetivos que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 68/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 26 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Mariluz, objetivando a execução de reparos no prédio onde funcionam o Grupo Escolar José Alfredo de Almeida e o Ginásio Estadual Dom Bosco, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 15/10/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
PRESIDENTE

## RESOLUÇÃO Nº 160/76

DATA: 15 de outubro de 1976.

SÚMULA: Aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Ourizona, com objetivo que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 68/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 16 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Ourizona, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Rocha Pombo, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 15/10/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
PRESIDENTE

## ATAS DAS COMISSÕES:

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

## 8ª LEGISLATURA — 2ª SESSÃO LEGISLATIVA

## ATA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de outubro de um mil novecentos e setenta e seis, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado BASÍLIO ZANUSSO. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que o deputado LINEU TURRA apresentou redação final aos seguintes projetos: PROJETO DE LEI 138/75, de autoria do Deputado Osvaldo Macedo, que proíbe a exigência de atestado ideológico mediante certidão da Delegacia de Ordem Polícia e Social, em qualquer repartição indireta ou direta do Estado. PROJETO DE RESOLUÇÃO 132/76, de autoria da CCJ., ex-Proposição número 238/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, e o município de Nova Fátima, visando reparos em próprios estaduais, naquele município. PROJETO DE RESOLUÇÃO 133/76, de autoria da CCJ., ex-Proposição número 239/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, e o município de Londrina, visando reparos em próprio estadual, naquele município. PROJETO DE RESOLUÇÃO 134/76, de autoria da CCJ., ex-Proposição número 244/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, e o município de Porto Rico, visando a execução de reparos em próprios estaduais, naquele município. PROJETO DE RESOLUÇÃO 135/76, de autoria da CCJ., ex-Proposição número 245/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, e o município de Rancho Alegre, visando a execução de reparos em próprios estaduais, naquele município. PROJETO DE RESOLUÇÃO 136/76, de autoria da CCJ., ex-Proposição número 251/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, e o município de Tuneiras do Oeste, visando a execução de reparos em próprios estaduais, como especifica. PROJETO DE RESOLUÇÃO 137/76, de autoria da CCJ., ex-Proposição número 254/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, e o município de Amaporã, visando reparos em próprios estaduais, como especifica. PROJETO DE RESOLUÇÃO 138/76, de autoria da CCJ., ex-Proposição número 256/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, e o município de Apucarana, visando a execução de reparos nos prédios onde funcionam diversos estabelecimentos de Esino. PROJETO DE RESOLUÇÃO 139/76, de autoria da CCJ., ex-Proposição núme-

ro 262/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, e o município de Cambará, visando reparos onde funciona a Escola de Aplicação Rosa Saporski, na sede daquele município. PROJETO DE RESOLUÇÃO 140/76, de autoria da CCJ., ex-Proposição número 263/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de Cidade Gaúcha, visando reparos em próprios estaduais, como específica. PROJETO DE RESOLUÇÃO 141/76, de autoria da CCJ., ex-Proposição número 265/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, e o município de Contenda, visando reparos em próprios estaduais, como específica. PROJETO DE RESOLUÇÃO 142/76, de autoria da CCJ., ex-Proposição número 271/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, e o município de Jacarezinho, visando reparos em próprios estaduais, como específica. PROJETO DE RESOLUÇÃO 143/76, de autoria da CCJ., ex-Proposição número 272/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de Jardim Olinda, visando reparos em próprios estaduais, como específica. PROJETO DE RESOLUÇÃO 144/76, de autoria da CCJ., ex-Proposição número 277/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, e o município de Mariluz, visando reparos em próprios estaduais, como específica. PROJETO DE RESOLUÇÃO 145/76, ex-Proposição número 282/76, de autoria da CCJ., que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, e o município de Ourizona, visando reparos em próprios estaduais, como específica. PROJETO DE RESOLUÇÃO 146/76, ex-Proposição número 284/76, de autoria da CCJ., que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, e o município de Pinhalão, visando reparos em próprios estaduais, como específica. PROJETO DE RESOLUÇÃO 147/76, de autoria da CCJ., ex-Proposição número 288/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, e o município de Primeiro de Maio, visando a execução de reparos, em próprio estadual, naquele município. PROJETO DE RESOLUÇÃO 148/76, de autoria da CCJ., ex-Proposição número 294/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, e o município de São João do Caiuá, visando a execução de reparos em próprio estadual, naquele município. PROJETO DE RESOLUÇÃO 149/76, de autoria da CCJ., ex-Proposição 298/76, que aprova o Convênio celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região — SUDESUL, o Estado do Paraná, e a Fundação Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social — IPARDES, com objetivos que especifica. PROJETO DE RESOLUÇÃO 154/76, de autoria da CCJ., ex-Proposição número 316/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, e o município de Mandaguari, para execução de reparos em próprios estaduais, que especifica. PROJETO DE RESOLUÇÃO 155/76, de autoria da CCJ., ex-Proposição número 321/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, e o município de Cândido de Abreu, para execução de reparos em próprios estaduais, como específica. PROJETO DE RESOLUÇÃO 156/76, de autoria da CCJ., ex-Proposição número 322/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, e o município de Castro, visando a execução de reparos em próprios estaduais, como específica. PROJETO DE RESOLUÇÃO 157/76, de autoria da CCJ., ex-Proposição número 323/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, e o município de Faxinal, visando a execução de reparos em próprios estaduais, como específica. PROJETO DE RESOLUÇÃO 158/76, de autoria da CCJ., ex-Proposição número 327/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de Santa Cecília do Pavão, visando a execução de reparos em próprios estaduais, como específica. PROJETO DE RESOLUÇÃO 159/76, de autoria da CCJ., ex-Proposição número 331/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, e o município de Terra Roxa, visando a execução de reparos em

próprios estaduais, naquele município. APROVADAS. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Lélío Guimarães Sotto-Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 05 de outubro de 1976.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente

Lélío G. Sotto-Maior — Secretário

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

#### 8ª LEGISLATURA — 2ª SESSÃO LEGISLATIVA

#### ATA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de outubro do ano de um mil novecentos e setenta e seis, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado BASÍLIO ZANUSSO. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o deputado Francisco Escorsin apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI 65/76, de autoria do Deputado Ernesto Gnoato, que concede a pensão mensal no valor de 1 (um) salário mínimo à Senhora Tereza Soares. PROJETO DE RESOLUÇÃO 160/76, de autoria da CCJ., ex-Proposição número 198/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, e o município de Tabajara, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, naquele município. PROJETO DE RESOLUÇÃO 161/76, de autoria da CCJ., ex-Proposição número 222/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Segurança Pública, e o município de Tuneiras do Oeste, objetivando o fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL, e verbas que especifica. PROJETO DE RESOLUÇÃO 162/76, de autoria da CCJ., ex-Proposição número 255/76 que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, e o município de Antonina, objetivando a execução de reparos em próprios estaduais, como específica. PROJETO DE RESOLUÇÃO 163/76, de autoria da CCJ., ex-Proposição número 226/76 que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, e o município de Assaí, objetivando a execução de reparos em próprios estaduais, naquela comuna. PROJETO DE RESOLUÇÃO 165/76, de autoria da CCJ., ex-Proposição número 233/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, e o município de Fênix, objetivando a execução de reparos em próprios estaduais, naquela comuna. PROJETO DE RESOLUÇÃO 166/76, de autoria da CCJ., ex-Proposição 235/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, e o município de Japurá, objetivando a execução de reparos em próprios estaduais, naquele município. PROJETO DE RESOLUÇÃO 167/76, de autoria da CCJ., ex-Proposição número 243/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, e o município de Porecatu, objetivando a execução de reparos em próprios estaduais, no referido município. PROJETO DE RESOLUÇÃO 168/76, de autoria da CCJ., ex-Proposição número 247/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, e o município de Santo Antônio do Caiuá, objetivando a execução de reparos em próprio estadual, no referido município. PROJETO DE RESOLUÇÃO 169/76, de autoria da CCJ., ex-Proposição número 169/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, e o município de São João, objetivando a execução de reparos em próprios estaduais, naquela comuna. PROJETO DE RESOLUÇÃO 170/76, de autoria da CCJ., ex-Proposição número 249/76 que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, e o município de São José da Boa Vista, objetivando a execução de reparos em próprios estaduais, naquele município. PROJETO DE RESOLUÇÃO 171/76, de autoria da CCJ., ex-Proposição n.º

252/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, e o município de Umuarama, objetivando a execução de reparos em próprios estaduais, no referido município. PROJETO DE RESOLUÇÃO 172/76, de autoria da CCJ., ex-Proposição número 257/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, e o município de Arapoti, objetivando a execução de reparos em próprios estaduais, naquela comuna. PROJETO DE RESOLUÇÃO 173/76, de autoria da CCJ., ex-Proposição número 259/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, e o município de Assaí, objetivando a execução de reparos em próprio estadual, naquele município. PROJETO DE RESOLUÇÃO 174/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 266/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, e o município de General Carneiro, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona a Delegacia de Polícia, do referido município. PROJETO DE RESOLUÇÃO 175/76, de autoria da CCJ., ex-Proposição número 268/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, e o município de Guaraci, objetivando a execução de reparos em próprios estaduais, naquela comuna. PROJETO DE RESOLUÇÃO 176/76, de autoria da CCJ., ex-Proposição número 269/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, e o município de Ibaiti, objetivando a execução de reparos em próprios estaduais, no referido município. PROJETO DE RESOLUÇÃO 177/76, de autoria da CCJ., ex-Proposição número 273/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, e o município de Joaquim Távora, objetivando a execução de reparos em próprios estaduais, no referido município. PROJETO DE RESOLUÇÃO 178/76, ex-Proposição número 279/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, e o município de Moreira Salles, objetivando a execução de reparos em próprios estaduais, naquela comuna. PROJETO DE RESOLUÇÃO 179/76, de autoria da CCJ., ex-Proposição número 286/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, e o município de Ponta Grossa, objetivando a execução de reparos em próprios estaduais, naquela comuna. APROVADAS. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente, e por mim Lélío Guimarães Sotomaior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 08 de outubro de 1976.

(a) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente

(a) Lélío G. Sotomaior — Secretário

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

#### 8ª LEGISLATURA — 2ª SESSÃO LEGISLATIVA

#### ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e um dias do mês de setembro do ano de um mil novecentos e setenta e seis, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado BASÍLIO ZANUSSO. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o deputado LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI 180/75, de autoria do Deputado Ernesto Gnoato, que declara de utilidade pública a Fraternidade Feminina Cruzeiro do Sul — Anacreonte Vieira Bodevan, com sede em Iporá. PROJETO DE RESOLUÇÃO 104/76, de autoria da CCJ., ex-Proposição número 76/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — IBDF, visando o estudo das alternativas técnicas, econômicas e sociais, para a indústria madeireira do Paraná. PROJETO DE RESOLUÇÃO 107/76,

de autoria da CCJ., ex-Proposição número 183/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, e o município de General Carneiro, objetivando a ampliação do prédio da Casa Escolar Pedro Araújo Neto, na sede do referido município. PROJETO DE RESOLUÇÃO 108/76, de autoria da CCJ., ex-Proposição número 190/76, que aprova o Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Segurança e Empresa de Obras Públicas do Paraná — EMOPAR, e o município de Corbélia, objetivando a construção de prédios no referido município. PROJETO DE RESOLUÇÃO 109/76, de autoria da CCJ., ex-Proposição número 192/76, que aprova o Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e Empresa de Obras Públicas do Paraná — EMOPRAR, e o município de Medianeira, com os objetivos que especifica. PROJETO DE RESOLUÇÃO 110/76, de autoria da CCJ., ex-Proposição número 195/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, e a Prefeitura Municipal de Rondon, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana, no referido município. PROJETO DE RESOLUÇÃO 111/76, de autoria da CCJ., ex-Proposição número 199/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Ministério da Fazenda e o Governo do Estado do Paraná, objetivando desenvolver no Estado, Projetos de Assistência Técnica, que especifica. PROJETO DE RESOLUÇÃO 112/76, de autoria da CCJ., ex-Proposição número 193/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e Empresa de Obras Públicas do Paraná — Emopar e o município de Realeza, visando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, no referido município. PROJETO DE RESOLUÇÃO 113/76, de autoria da CCJ., ex-Proposição número 209/76, que aprova o Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, e o município de Palmital, objetivando a construção de prédio para a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, no referido município. PROJETO DE RESOLUÇÃO 114/76, de autoria da CCJ., ex-Proposição número 213/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, e o município de Alto Piquiri, objetivando o combate à erosão urbana, na sede do referido município. PROJETO DE RESOLUÇÃO 115/76, de autoria da CCJ., ex-Proposição número 214/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, e o município de Tuneiras do Oeste, objetivando o combate à erosão urbana, no referido município. PROJETO DE RESOLUÇÃO 116/76, de autoria da CCJ., ex-Proposição número 219/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e o município de Antônio Olinto, visando fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante dotações e verbas que especifica. PROJETO DE RESOLUÇÃO 117/76, de autoria da CCJ., ex-Proposição número 221/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e o município de Cruzeiro do Oeste, visando fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante dotações e verbas que especifica. PROJETO DE RESOLUÇÃO 164/76, de autoria da CCJ., ex-Proposição número 231/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de Dois Vizinhos, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Duque de Caxias, da sede do referido município. PROJETO DE RESOLUÇÃO 193/76, de autoria da CCJ., ex-Proposição número 232/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de Dois Vizinhos, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual de Dois Vizinhos, da sede do referido município. APROVADAS. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar,

lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Lélío Guimarães Sotto-Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 21 de setembro de 1976.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente

Lélío G. Sotto-Maior — Secretário

### COMISSÃO DE REDAÇÃO

#### 8ª LEGISLATURA — 2ª SESSÃO LEGISLATIVA

#### ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de um mil novecentos e setenta e seis, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado BASÍLIO ZANUSSO. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o deputado LINEU TURRA, apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE RESOLUÇÃO 174/75, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, ex-Proposição número 111/74, que aprova as contas prestadas pelo Governador do Estado, referentes ao exercício de 1974. PROJETO DE RESOLUÇÃO 118/76, de autoria da CCJ., ex-Proposição número 246/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Reserva, visando reparos em diversos prédios escolares daquele município. PROJETO DE RESOLUÇÃO 119/76, de autoria da CCJ., ex-Proposição número 261/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Bituruna, visando reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Oscar Geyer. PROJETO DE RESOLUÇÃO 120/76, de autoria da CCJ., ex-Proposição número 270/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Ibiporã, objetivando reparos nos prédios que especifica. PROJETO DE RESOLUÇÃO 121/76, de autoria da CCJ., ex-Proposição número 275/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Londrina, objetivando reparos no prédio do Ginásio Estadual Antônio Moraes de Barros. PROJETO DE RESOLUÇÃO 122/76, de autoria da CCJ., ex-Proposição número 208/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, e o município de Bela Vista do Paraíso, visando combate à erosão urbana na sede do referido município. PROJETO DE RESOLUÇÃO 123/76, de autoria da CCJ., ex-Proposição número 229/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração,

e o município de Cascavel, visando reparos em prédios de diversos estabelecimentos de ensino, daquele município. PROJETO DE RESOLUÇÃO 124/76, de autoria da CCJ., ex-Proposição número 210/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, e o município de Goioerê, visando a execução de obras de combate à erosão urbana, naquele município. PROJETO DE RESOLUÇÃO 125/76, de autoria da CCJ., ex-Proposição número 212/76, que aprova o Convênio entre o Governo do Estado, e o município de Cruzeiro do Oeste, visando a execução de obras de combate à erosão urbana, naquele município. PROJETO DE RESOLUÇÃO 126/76, de autoria da CCJ., ex-Proposição número 218/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, e o município de Colorado, visando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. PROJETO DE RESOLUÇÃO 127/76, de autoria da CCJ., ex-Proposição número 224/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, e o Banco Nacional de Habitação, com interveniência da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, objetivando a implantação do Sistema Metropolitano de Planejamento e o Plano de Desenvolvimento Metropolitano. PROJETO DE RESOLUÇÃO 128/76, de autoria da CCJ., ex-Proposição número 25/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Apucarana, visando a execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Pestalozzi, da sede do referido município. PROJETO DE RESOLUÇÃO 129/76, de autoria da CCJ., ex-Proposição número 227/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Cambé, visando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Olavo Bilac e o Colégio Estadual de Cambé. PROJETO DE RESOLUÇÃO 130/76, de autoria da CCJ., ex-Proposição número 236/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Mamboré, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam Casas Escolares nos Distritos que especifica. PROJETO DE RESOLUÇÃO 131/76, de autoria da CCJ., ex-Proposição número 237/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Marialva, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Colégio Estadual Dr. Felipe Silveira Bitencourt, da sede do referido município. APROVADAS. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente, e por mim, Lélío Guimarães Sotto-Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 27 de setembro de 1976.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente

Lélío G. Sotto-Maior